

**PERFIL LABORAL DA POPULAÇÃO OCUPADA EM *FOOD TRUCKS* DO
MERCADO DE TRABALHO CAPIXABA**

***LABOR PROFILE OF THE POPULATION OCCUPIED IN *FOOD TRUCKS* IN
THE CAPIXABA LABOR MARKET***

Vicente de Paulo Colodeti¹

Samara Aparecida do Carmo Rodrigues²

RESUMO: Objetivou-se neste trabalho apresentar o perfil laboral de trabalhadores proprietários de *food trucks* do município de Vitória. Levando-se em conta que o mundo do trabalho na atualidade capitalista comporta diversas formas de ocupação, entre elas, aquela denominada trabalho por conta própria, justificou-se a presente pesquisa descritiva para maior conhecimento desta crescente população trabalhadora. A coleta de dados foi feita a partir de questionário estruturado ocorrendo entre os anos 2020 e 2021. As informações adquiridas foram organizadas e analisadas a partir de estatística descritiva. Conclui-se que a população trabalhadora ocupada em *food trucks* do município de Vitória compartilham de elementos laborais de todo precarizadas, com maior incidência disso para o grupo das mulheres.

ABSTRACT: *The objective of this paper was to present the labor profile of workers who own food trucks in the city of Vitória. Taking into account that the world of labor in today's capitalism includes several forms of occupation, among them, the one called self-employment, the present descriptive research was justified for greater knowledge of this growing working population. Data collection was carried out using a structured questionnaire taking place between 2020 and 2021. The information acquired was organized and analyzed using descriptive statistics. It is concluded that the working population employed in food trucks in the city of Vitória share highly precarious work elements, with a higher incidence of this for the group of women.*

1. INTRODUÇÃO

A partir deste artigo objetiva-se compreender alguns aspectos de um grupo específico da população ocupada no mercado de trabalho capixaba, a saber: aquele atuante nos chamados *food trucks*. A partir disso, buscamos responder, aqui, o seguinte problema de pesquisa: qual é o perfil laboral dos trabalhadores do município de Vitória ocupados em *food trucks* nos anos 2020 e 2021?

Nota-se que o funcionamento de um *food truck*, em Vitória, no ano em que foi empreendida esta pesquisa, passava pela Lei 8.809 de 27 de maio de 2015, de tal modo que por meio desses documentos estabeleceu-se criteriosamente a natureza, o funcionamento, as obrigações e as sanções a respeito desse tipo de comércio.

Dito isso, de um ponto de vista propriamente legal, considera-se *food trucks* aqueles “[...] veículos automotores com equipamentos montados sobre si ou rebocados por estes [...]” (VITÓRIA, acesso em 27 fev. 2019) que se prestam ao comércio direto de alimentos ao consumidor, os quais podem ser colocados em funcionamento mediante autorização

¹ Centro Universitário Salesiano – UniSales (samara.carmo@souunisales.com.br).

² Centro Universitário Salesiano – UniSales (vcolodeti@salesiano.br).

concedida pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) aos donos desses veículos por meio de edital público específico. Os *food trucks* devem ser compatíveis com as diversas regras expostas nos dispositivos legais supracitados em relação ao tipo de veículo, aos alimentos a serem comercializados, às condições sanitárias e higiênicas, aos locais a serem ocupados, aos dias e horários de funcionamento e, até mesmo, ao uso de cadeiras e mesas em quantidades e tamanhos adequados.

Sendo assim, quando permitidos a comercializarem seus produtos alimentícios ao longo das ruas de Vitória, os donos dos *food trucks* passam a contar com as obrigações legais previstas pela gestão municipal de Vitória, tais como a manutenção da limpeza do local de comercialização, a conservação adequada dos equipamentos utilizados, o respeito ao código de trânsito quanto ao uso das vias públicas, a comercialização dos produtos especificamente autorizados ao permissionário, o zelo pelo patrimônio público e, entre outras coisas, o pagamento dos tributos, preço público e encargos específicos ao município os quais variam entre R\$ 50,00 a mais de R\$ 150,00 de acordo com o bairro onde o comerciante esteja atuando.

Vale frisar que a permissão para comercialização de alimentos concedida pela PMV aos donos dos *food trucks* é feita exclusivamente aos sujeitos que possuem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sejam esses microempreendedores individuais (MEI) ou não. Essa exigência leva em conta o objetivo geral do município de estimular o “[...] empreendedorismo, propiciar oportunidades de formalização [dos pequenos negócios] e promover o uso democrático e inclusivo do espaço público [...]” (VITÓRIA, acesso em 27 fev. 2019). Dessa forma, do ponto de vista da administração municipal de Vitória (PMV, acesso em 27 fev. 2019), espera-se que os trabalhadores dos *food trucks* disponham de cobertura previdenciária, tenham acesso facilitado ao microcrédito, possam contratar funcionários, emitam nota fiscal, paguem impostos etc., gerando renda para si mesmos e, também, para o próprio município.

Assim, ainda que de maneira sintética, é possível afirmar que a regulamentação pública do comércio “sobre rodas” da região de Vitória adequa-se, em alguma medida, a uma tendência nacional de geração de trabalho e renda que remonta os anos 1990 (POCHMANN, 2008), década marcada pela guinada neoliberal, pela desestruturação do mercado de trabalho formal e pelas iniciativas de flexibilização das atividades laborais (ANTUNES, 2008; HARVEY, 2009). Não por acaso, a PMV vem contando com o Centro de Apoio ao Empreendedor por meio do qual são fornecidos cursos, orientações e serviços voltados à formalização de negócios e à capacitação para pessoas jurídicas, enquanto dois dos três documentos legais responsáveis por regulamentar o funcionamento dos *food trucks* em Vitória datam de 2015.

Dito isso, buscamos, no próximo item, realizar problematizações teóricas relevantes sobre nosso objeto de pesquisa. No terceiro item, elencamos nossos principais procedimentos metodológicos. Já no quarto item, expomos os principais achados desta pesquisa. Concluimos este trabalho com as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

A categoria conta própria, de acordo com Prandi (1978), dispõe de uma gama de trabalhadores que desempenha tarefas de pouca ou quase nenhuma capitalização. Sendo assim, esses trabalhadores estão expostos a uma condição de trabalho precária e, geralmente, de baixa qualificação. Além disso, o trabalhador por conta própria se difere do trabalhador assalariado dentro da esfera produtiva, uma vez que se diferenciam quanto às formas pelas quais se submetem ou não ao capital. Essa diferença, no entanto, não torna o trabalhador por conta própria como partícipe de uma categoria laboral sem uso ao capital dado o fato desse não produzir mais valia, pelo contrário, uma vez que essa massa de trabalhadores preenchem as brechas mantidas pelo desenvolvimento contraditório das forças produtivas acolhendo os trabalhadores expulsos das relações laborais tradicionalmente assalariadas. Prandi (1978) compreende que a existência dessa categoria desde épocas passadas estava fadada a desaparecer, porém sobreviveu às margens do modo de produção capitalista. Seguindo a mesma linha de considerações, o trabalhador por conta própria acaba por se mostrar fora da oposição trabalho assalariado/capital, ou seja, esse trabalhador não vende sua força de trabalho ao capital e não dispõe de capital para comprar força de trabalho de terceiros, sendo seu próprio patrão e seu próprio empregado.

Dito isso, é importante destacar que há uma diferenciação no âmago dos trabalhadores por conta própria, ora sendo classificados como trabalhadores regulares, ora como trabalhadores irregulares. Os trabalhadores irregulares vivenciam uma situação de trabalho instável e precária, esperando sempre uma oportunidade de um emprego assalariado, sendo assim, o indivíduo ao se inserir no trabalho por conta própria irregular em condição de espera se torna concorrente direto do trabalhador assalariado. Já o trabalhador regular se vê como um grupo independente dos interesses dos trabalhadores assalariados, principalmente os pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais (PRANDI, 1978).

No que diz respeito à relação entre o trabalho por conta própria, as classes sociais e a acumulação capitalista, Prandi (1978) aponta a necessidade de situar como os trabalhadores por conta própria se inserem na esfera de acumulação capitalista, uma vez que o trabalho por conta própria é, em larga medida, possibilitado pela geração insuficiente de empregos, deixando a população excedente à mercê do trabalho precário. Dessa forma, a população excedente busca soluções se inserindo no autoemprego que expressa de certa forma uma diminuição do chamado “exército industrial de reserva” (MARX, 2017) e das tensões sociais por trabalho e renda. Além disso, ao manter essa reserva de trabalhadores na esfera do trabalho por conta própria, o capital acaba por desviar uma parte relevante de suas mercadorias produzidas pelas relações laborais assalariadas para o consumo das famílias dos trabalhadores por conta própria, retroalimentando a própria acumulação capitalista, ainda que indiretamente. Além de manter um determinado equilíbrio social benéfico ao próprio capital, essa relação permite manter os trabalhadores por conta própria “amparados” e prontos para serem usados como trabalhadores assalariados em momentos da alta produtividade (MARX, 2017; PRANDI, 1978).

O trabalhador por conta própria, de todo modo, sofre uma dupla expulsão do mercado de trabalho, uma vez que ele, na maior parte das vezes, é expulso do mercado de trabalho assalariado por não conseguir concorrer com os outros assalariados por conta de condição

física, habilidades, sexo, idade, conhecimentos etc., mas, também quando o capital busca lucratividade na produção de artigos geralmente produzidos no âmbito do trabalho por conta própria, destruindo as ocupações antes ocupadas por trabalhadores liberais ou autônomos. Dessa forma, o trabalho por conta própria pode ser usado como um mecanismo capaz de aumentar a exploração do trabalho assalariado, permitindo a criação de pequenas oficinas para se ter um baixo custo de mercadorias de consumo, levando a diminuição do salário do trabalhador assalariado. Essa lógica é coerente com a forma de acumulação do capital (MARX, 2017; PRANDI, 1978).

No Brasil, o trabalho por conta própria tem uma importante participação nos setores de comércio de mercadorias e em atividades artesanais dentro das comunidades periféricas. O que se faz necessário enfatizar que esse tipo de trabalho muitas vezes não é desempenhado apenas como uma alternativa para obter uma renda, mas como uma forma de complementar o rendimento para suprir as necessidades mínimas. Dessa forma, o trabalho por conta própria pode também ser desempenhado como atividade secundária por um trabalhador que pode ser assalariado ou por membros de sua família. Destaca-se, de todo modo, que a sobrevivência do trabalhador por conta própria depende de duas condições, sendo a primeira atrelada à propriedade de seus próprios instrumentos de trabalho, e a segunda voltada para a necessidade de mercado dos produtos produzidos, ou seja, de mercadorias que tenham valor de uso e valor de troca (PRANDI, 1978).

Retomando o aspecto da expulsão do trabalhador no mercado de trabalho, aponta-se que tem duas formas para retirar o trabalhador do mercado, uma através da expulsão e a outra por opção. Prandi (1978) frisa que muitas das vezes as duas opções estão juntas, pois uma é usada para dar suporte para outra, sendo assim a expulsão é mascarada pela opção. Quando se fala em expulsão, é importante ressaltar que um trabalhador só é expulso do mercado de força de trabalho quando suas condições físicas e suas habilidades não permitem mais competir no mercado. Já no que diz respeito à opção, isso somente acontece se o trabalho for socialmente útil e ocorre quando é destruído ou coagido ao deslocamento. Dito isso, é notório que o assalariamento é um fator que não depende só de opções, mas sim de oportunidades, uma vez que o mercado de trabalho tem sofrido inúmeras mudanças com a desestruturação produtiva que flexibilizou ainda mais os empregos. O que leva a entender que a atividade por conta própria acaba se tornando uma opção para contornar as dificuldades postas pelo mercado de força de trabalho (MARX, 2017; PRANDI, 1978). Diante desse cenário, fica visível as consequências do crescimento do trabalho por conta própria, uma vez que essas atividades não dão garantia de trabalho e renda para o indivíduo, tais consequências são derivadas das contradições do sistema capitalista.

De todo modo, como o trabalho por conta própria é pensado no Brasil e como ele vem sendo tomado como trabalho informal? Veremos isso no próximo item.

2.2. O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL

Segundo Sabadini e Nakatani (2002), as constantes mudanças na acumulação capitalista têm afetado de forma significativa o mundo do trabalho contemporâneo no mundo e no Brasil. Reflexo disso é o grande aumento da chamada informalidade. Dessa forma, os autores em questão entendem que apesar de parecer algo relativamente novo, a

informalidade (ou o trabalho informal) é algo antigo, constatado logo no início da Revolução Industrial.

Dito isso, compreende-se que essas mudanças podem ser vistas a partir dos anos 1970, década a partir da qual iniciou-se o esgotamento das políticas keynesianas as quais foram dominantes por cerca de 30 anos. A esse esgotamento dá-se o nome de crise do capital de 1970 fortemente causada por uma queda acentuada da taxa de lucro e pelo enfraquecimento do estado de bem-estar social.

Como mote ideológico para explicação da crise do capital de 1970, imputou-se às organizações sindicais dos trabalhadores, à rigidez fordista de produção do mercado e aos contratos de trabalho protegidos as suas causas principais. Essa crise provocou uma série de consequências para a classe trabalhadora, que sofreu de forma direta com o aumento das taxas de desempregos e a precarização das relações de trabalho, resultando em um aumento significativo dos contratos de trabalho temporários, bem como a perda dos benefícios sociais, que de forma histórica foram conquistados pelos trabalhadores, e o aumento das atividades informais. Por conta da crise a produtividade o trabalho diminuiu e com isso o capital precisou aumentar a força produtiva do trabalho, mas para além da produção da mais valia, se tinha a necessidade de acabar com as formas de organizações dos trabalhadores e destruir qualquer ato que pudesse ser contra os interesses do capital. Dessa forma, Sabadini e Nakatani (2002) demonstram que o capital direcionou suas ações diretamente para a classe trabalhadora, tornando o mercado de trabalho flexível e tendencioso ao uso de trabalhos em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Este aspecto também é comentado por Harvey (2009), onde aponta que a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Tal processo permite que se tenha uma maior pressão e controle do trabalho diante de um quadro de desemprego intenso dentro dos países capitalistas avançados. Dito isso, o mercado de trabalho enfrentou um aumento da competição e do estreitamento dos lucros, dando margem para os patrões se aproveitarem da situação para estabelecer formas de trabalhos mais flexíveis.

Isso vem de encontro ao que Antunes (2008) aborda quanto às mutações dentro do universo da classe trabalhadora, que pode variar de setor para setor. Isso faz com que se tenha uma desqualificação dos setores e a desespecialização do operário industrial, levando a distribuição da massa de trabalhadores entre os temporários, parciais, subcontratados e terceirizados. Dando continuidade a mesma linha de representações, Harvey (2009) faz a divisão da força de trabalho em dois grupos, onde o primeiro grupo consiste em empregados em tempo integral com habilidades disponíveis no mercado e o segundo grupo é caracterizado por aqueles trabalhadores que oferecem uma flexibilidade ainda maior, no caso os empregados em tempo parcial. Assim o primeiro grupo está inserido na classificação dos que tem uma alta rotatividade e menos acesso as oportunidades do mercado e o segundo grupo se encontra dentro da subcontratação e empregos temporários com um risco ainda maior de voltar para a categoria do desemprego. A saber sobre esses dois grupos, é necessário enfatizar que a flexibilidade tende a ser algo negativo no âmbito do trabalho, uma vez que esse novo regime não agrega os benefícios que um emprego com carteira assinada comporta. Diante disso essa forma de flexibilização de acordo com Harvey (2009) não inclui a segurança no emprego, níveis salariais e a cobertura de seguro. Essa flexibilização acabou gerando uma diminuição do

trabalho, possibilitando o crescimento do trabalho informal, permitindo assim que houvesse perdas dos direitos trabalhistas, uma vez que essa forma de trabalho não se encontrava dentro das leis trabalhistas.

A informalidade, assim, pode ser vista como um “espaço” econômico permitido pelo capital. Em outras palavras, a informalidade é parte funcional e subsumida da produção de valores de troca e, portanto, desempenha funções de exploração da força de trabalho mesmo quando aquela não participa diretamente da produção de mais valia (SOARES, 2008). Já especificamente no caso brasileiro, é importante observar que o mercado de trabalho ao longo do século XX passou por inúmeras mudanças em seus setores econômico e industrial haja visto por conta mesmo do aumento da população formalmente assalariada nos centros urbanos o fortalecimento de uma categoria de trabalhadores que se utilizava de relações laborais às margens da legislação trabalhista, ou seja, os trabalhadores informais (SABADINI; NAKATANI, 2002).

Mesmo com os avanços na industrialização do País a dualidade entre trabalho formal e trabalho informal se fez e ainda se faz muito presente. Para entender essa dualidade, o termo usado por Marx (2017) como “superpopulação estagnada” comporta a referência de que os trabalhadores que formam essa superpopulação desempenham algum tipo de atividade, mesmo que atividades fora dos padrões, no caso brasileiro, fora da margem da legislação trabalhista. No bojo da relação de acumulação capitalista, essa parcela do proletariado se caracteriza por estar disponível ao capital, sem ocupação permanente ou, ainda, em estado de pauperização. “[...] São os trabalhadores supérfluos, precários e temporários, mas que contribuem para a lógica da acumulação, pois pressionam o contingente de trabalhadores excedentes [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 279)

Em suma, percebe-se nesse contexto nacional representado por cerca de 80 anos de desenvolvimento de um mercado de trabalho nacional propriamente capitalista uma diminuição dos empregos de carteira assinada e de aumento dos trabalhadores informais bem como uma mudança na qualidade de oferta de emprego, uma vez que trabalhar de carteira assinada oferece, ainda, ao trabalhador uma série de contrapartes em favor da classe proletária. Dessa forma não é demasiado perceber que a situação do trabalhador brasileiro está cada vez mais precária diante da perda significativa da proteção social e do aumento da informalidade. Válido citar, aqui, a série de reformas trabalhistas ocorridas no Brasil das últimas décadas com a falácia de se modernizar as relações trabalhistas vistas como arcaicas e austeras. O efeito das últimas reformas laborais realizadas na gestão Temer é bem conhecido, a saber: aumento acentuado na taxa de desocupação.

Essa situação precária em que o mercado de trabalho brasileiro se encontra advém do processo de desestruturação produtiva do mercado de trabalho iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso e que funcionou como elemento principal de redução de empregos, além de adotar políticas neoliberais que desencadearam a estagnação do crescimento econômico, o aumento do desemprego gerando desigualdade de classe, bem como refletindo de forma negativa no mundo do trabalho. A informalidade, dessa forma, refletiu-se de diversas formas, mas se destacando em duas, a saber: as grandes e pequenas firmas com seus contratos e subcontratos e os pequenos negócios, trabalhadores por conta própria e assalariados sem carteira assinada. Esse conjunto é denominado como um processo de mudanças estruturais da sociedade e não apenas como algo particular (SABADINI; NAKATANI, 2002; SOARES, 2008).

De todo modo, como esse processo pode ser representado no plano da realidade concreta? De acordo com os já mencionados autores, é possível observar e mensurar o trabalho informal brasileiro pelas estatísticas oficiais do IBGE segundo duas são relevantes para isso: uma que visa mensurar a quantidade de trabalhadores assalariados sem registro em carteira de trabalho assinada e outra que busca quantificar os trabalhadores ditos por conta própria. Vejamos, a seguir, um pouco dessas duas categorias do mercado laboral nacional.

O aumento de pessoas que desempenham essa categoria segundo Sabadini e Nakatani (2002) pode ser medido de acordo com o processo de desregulamentação do mercado de trabalho. Dessa forma, o trabalhador por conta própria se difere do trabalhador assalariado na esfera produtiva uma vez que a categoria assalariada está inserida de forma direta na divisão social e na exploração de mão de obra e sua produção de mais valia acontece de forma direta na esfera capitalista e o trabalhador por conta própria, por sua vez, se caracteriza mediante a superpopulação estagnada que acaba por exercer alguma atividade, contribuindo indiretamente com a produção de mais valia e mantendo o sistema capitalista funcionando.

Alguns fatores levam as pessoas a entrarem nesse mundo informal, sendo a ausência de políticas públicas, as relações entre empregos assalariados e a oportunidade de ganhos superiores os mais observados, mas para além desses motivos, o trabalho por conta própria é visto como uma forma de retorno ao mercado de trabalho de pessoas que encontram dificuldades em buscar outro emprego ou de ingressar no mercado de trabalho. Assim como o trabalhador por conta própria, o trabalhador assalariado sem carteira assinada também se caracteriza de uma forma indireta na produção capitalista. Essa categoria não possui nenhuma representação sindical ou garantias de trabalho e de renda. Sua distribuição de acordo com a faixa etária é mais homogênea e o ramo agrícola é onde se tem a maior parte desses trabalhadores.

No que se refere ao tempo de permanência em atividade produtiva remunerada e não protegida, os autores mostram uma rotatividade nesses empregos, ou seja, são contratados para resolver determinados problemas e quando encerram as atividades são descartados: 24,4% dos empregados sem carteira assinada ficam nos empregos por pelo menos cinco meses e 54% conseguem permanecer até um ano (SABADINI; NAKATANI, 2002).

Dito isso, é importante destacar que o público-alvo da pesquisa, os ocupados em *food trucks*, podem ser considerados trabalhadores por conta própria, uma vez que não dispõe de garantias de trabalho e renda, atuando de forma precária as margens das leis trabalhistas sem qualquer tipo de benefícios que garanta uma qualidade de trabalho melhor.

A partir desse contexto, o próximo item irá abordar as formas de solução para o mercado de trabalho informal, enfatizando o conceito de setor informal e como possibilitou a criação de políticas públicas de apoio para os trabalhadores informais.

2.3. A INFORMALIDADE COMO SOLUÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

Levando-se em conta a realidade exposta até aqui, buscamos, agora, entender como a informalidade foi simbolicamente construída como solução para o mercado de trabalho brasileiro da atualidade. Para isso, partiremos de ideias relevantes sobre as bases sociológicas que permitiram balizar o apoio ao chamado setor informal, algo apontado

por Theodoro (2000) e, de acordo com o qual, esse conceito vem servindo como base para a criação de políticas públicas de apoio aos trabalhadores informais e abrindo caminho para ações pontuais do Estado brasileiro.

De antemão, é válido notar duas questões relevantes levantadas por Theodoro (2000) sobre a dita informalidade brasileira, a saber: 1. a conexão simbólica entre esse conceito e uma forma anterior de se pensar a realidade a desigualdade no mercado de trabalho capitalista; e, 2. a fragilidade do próprio conceito de informalidade enquanto algo cientificamente constituído.

Quanto ao primeiro ponto de acordo com Soares (2008), o setor informal está alinhado em paralelo à oposição da dualidade “moderno-tradicional”, sendo utilizado como meio de justificar o problema do subemprego, ou seja, da baixa produtividade da mão de obra. Já em relação a segunda questão, percebe-se que esse conceito é alvo de uma fragilidade teórica, apontando para algo além de um processo intervencionista, uma crença em algo que passa a ser visto como permanente, regular e estável no mercado de trabalho nacional.

Dito isso, é importante destacar que o Brasil foi um dos países pioneiros a se ter uma ação governamental voltado para o dito setor informal. Tal ação, de acordo com Theodoro (2000), foi realizada através de três etapas distintas as quais são descritas como abordagem técnica, abordagem política e abordagem subsidiária cada qual descrita a seguir.

A abordagem técnica segundo Theodoro (2000), se iniciou em meados dos anos 1970, ainda com o projeto desenvolvimentista em evidência, ou seja, um [...] processo de transformação do Brasil, onde se tinha o objetivo de mudar o Brasil da condição de país agrário e exportador para uma economia industrializada [...] (CAMPOS, 2011, p. 46) e que via as atividades informais como um subproduto das transformações rápidas e violentas que as nações estavam sofrendo com o desenvolvimento urbano, ou seja, era visto como algo passageiro, que iria se dissipar a longo prazo. Diante dessa visão existia uma política governamental direcionada para o setor informal na perspectiva de enfrentamento, ou seja, a informalidade era vista como algo a ser combatido. Assim, as ações do Estado eram voltadas para que houvesse a formalização das atividades informais.

Com base nessa perspectiva, Theodoro (2000) destaca dois organismos que tiveram uma participação importante no que se refere a introduzir a existência de um setor informal, sendo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH/IPEA) e o Superintendência Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O primeiro passou a ser o porta voz da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dando enfoque ao conceito de Setor Informal e contribuindo para a criação de estratégias no âmbito da política de emprego e renda.

Na visão de Theodoro (2000), essa abordagem técnica tinha uma insuficiência no conhecimento do setor informal, principalmente em relação as atividades de pequena escala, além de se ter um grande distanciamento da realidade vivida nas ruas, onde se tem inúmeros comércios e pequenos serviços.

Por outro lado, já no que diz respeito à abordagem política, destaca-se que na metade dos anos 1980 se teve grandes mudanças no Brasil. Mudanças essas que deixaram consequências no plano econômico, aumentando o desemprego e o quantitativo de

trabalhadores desprotegidos e/ou em trabalhos precarizados. Com o fim da ditadura e o processo inflacionário alto, se teve a necessidade de respostas ao desemprego, ao subemprego e aos baixos níveis de renda, situações essas que cresciam de forma alarmante, levando as políticas de empregos a se tornarem fundamentais no discurso do Estado no período de redemocratização (THEODORO, 2000).

Ao mesmo tempo, a ideia de um setor informal se ampliou e se transformou, deixando de ser visto como algo que iria se dissipar com o tempo, passando a ser uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores, uma resposta para a ausência de emprego. Dessa forma, entende-se que diferente da abordagem técnica, a abordagem política vai preconizar os objetivos e as prioridades da ação do Estado em relação ao informal, não se tratando assim apenas de formalizar o informal, mas de utilizar de suas potencialidades para enfrentar o desemprego (THEODORO, 2000; SOARES, 2008). Com essa mudança no cenário do país, as ações do Estado voltadas para o setor informal deixam de fazer parte das políticas complementar ao crescimento econômico, agora passa a ser vista como políticas sociais, ou seja, os programas que antes eram descritos como políticas de emprego, agora vão aparecer através de ações de apoio dentro da política social. Essa mudança acarretou no crescimento de programas de apoio, onde se tinha diversos organismos governamentais. Theodoro (2000) destaca instituições como o Ministério do Interior e organismos financeiros como a Caixa Econômica Federal, com o programa pró-autônomo. Apesar do grande número de instituição envolvida, Theodoro (2000) aponta que as ações ainda eram restritas e residuais, que com o tempo passaram a ser instrumentos do clientelismo político.

Por fim, destaca-se a abordagem subsidiária, segundo a qual, de acordo com Theodoro (2000), começou a aparecer nos primeiros anos da década de 1990, onde os programas de apoio ao setor informal já tinham sido levados à exaustão. A omissão governamental ao apoio do setor informal e aos problemas sociais foram ficando cada vez mais forte, gerando a reação de alguns grupos organizados como terceiro setor, grupo de combate à fome e sociedade civil. Diante dessa perspectiva destaca-se a retomada da ideia do apoio ao setor informal, porém com uma nova base que seria a mobilização nacional contra a fome e a miséria. A campanha chamada de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, trazia uma nova forma de intervenção, onde a sociedade também poderia participar de forma ativa através de sindicatos de trabalhadores, repartições públicas entre outras organizações (THEODORO, 2000; SOARES, 2008). Nesse contexto, o apoio ao setor informal vai reaparecer com foco na possibilidade de ser um meio de sobrevivência para a população pobre e vai ser tratado através de três instituições, Comunidade Solidária e o Programa Banco do Povo, o Ministério do Trabalho/Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) com o Programa de Geração de Renda (PROGER) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus programas: o BNDES – Trabalhador e o BNDES – Solidário. Esses três programas tinham como eixo central o crédito individual, através dos quais cada indivíduo era visto como um pequeno empreendedor em potencial. Essa ideia perpassava que cada indivíduo era capaz de identificar as melhores opções para o seu “negócio” e o mercado estava pronto para oferecer todas as oportunidades possíveis longe das amarras do Estado (THEODORO, 2000; SOARES, 2008).

A abordagem subsidiária traz uma sociedade civil mais ativa, porém com a visão liberal voltada para o apoio do setor informal, além de não se ter mais a erradicação da miséria como uma questão de interesse geral, o Estado não se coloca mais no papel de transformador, mas sim no papel de gestor, onde se governa a miséria e reduz os conflitos. Dentro dessa perspectiva Theodoro (2000) destaca que alguns movimentos populares ficam de fora dos conselhos e não conseguem ser representados, levando a contradição entre sociedade real e sociedade representada. Dessa forma as ações que deveriam ser voltadas para esses grupos que são considerados mais necessitados, acabam não sendo formuladas e nem implementadas, deixando ainda mais evidente os problemas sociais. Theodoro (2000) acaba por concluir que a abordagem subsidiária ultrapassa o clientelismo, chegando à categoria do corporativismo que atende grupos organizados da sociedade civil.

Tomando como base a ação governamental em direção ao setor informal no Brasil, é possível enfatizar que essas ações em uma perspectiva geral se enquadram em ações voltadas contra a pobreza, perpassando a ideia de transição, de reforma e se enquadrando na **gestão da miséria**. Assim, o setor informal que antes era visto como indesejável, passou a ser um instrumento de combate à pobreza se tornando traço característico de países como o Brasil.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa teve natureza qualitativa em virtude de seu próprio objeto, ou seja, a construção de um perfil laboral de ocupados no mercado de trabalho capixaba, bem como do objetivo anteriormente apresentado o qual prioriza a classificação dos indivíduos e a observação das condições nas quais suas atividades laborais ocorrem (TOLEDO; OVALLE, 2008; MINAYO, 2010). Assim, o

[...] conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2010, p. 21).

Em consonância com a natureza qualitativa desta proposta de investigação, empreendeu-se uma pesquisa descritiva, evidentemente, dada a forma pela qual o objeto a ser observado será analisado. Sendo assim, vale frisar que “[...] as pesquisas descritivas [...] têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, etc. [...]” (GIL, 2010, p. 27).

No município de Vitória, o universo representado pelos ocupados em *food trucks* regulamentados pela PMV (VITÓRIA, acesso em 27 fev. 2019) ao ano de 2020 era constituído de cerca de 30 permissionários. Dessa população foi possível abordar apenas 9 proprietários de *food trucks*, isso em virtude dessa pesquisa ter sido realizada em período pandêmico. Vale notar, aqui, que a unidade fundamental da qual a pesquisa se valeu foi o dono do *food truck*.

As informações laborais relativas ao universo de pesquisa foram coletadas por meio de entrevistas com os sujeitos que efetivamente possuem a permissão de exploração do *food truck* concedida pela PMV. Para isso, utilizamos um roteiro de questões com perguntas referentes à forma, à condição e ao processo da atividade produtiva realizada pelo dono do “negócio”, esse devidamente precedido do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Vale notar que o questionário dividiu-se em 3 partes: a primeira refere-se às informações do permissionário propriamente dito, a segunda, ao “negócio” e, por fim, a terceira, sobre as condições e o processo da respectiva atividade produtiva.

Tendo em vista a pronta coleta das informações sobre o perfil laboral daquela população, tabulou-se aos dados levantados de acordo com as questões já previstas em questionário de entrevista, de tal modo a organizá-los e expô-los em forma de tabelas e gráficos, tornando possível, assim, a construção de uma “identidade” propriamente sociológica possível do grupo pesquisado.

São as seguintes limitações e potencialidades desta pesquisa: 1. limitações: a) “N” (número de casos abordados) reduzido para análises estatísticas aprofundadas de correlação de variáveis; b) ausência de questões semiestruturadas com busca de significados das ações dos entrevistados; c) poucas questões escalares para medição de intensidade das ações dos entrevistados; 2. potencialidades: a) inserção inicial no campo com conotação de pesquisa sociológica; b) elaboração de novas questões para pesquisas futuras; c) construção de perfil dos pesquisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscamos apresentar, aqui: 1. o perfil dos trabalhadores entrevistados em função de suas informações qualitativas, em forma de gráficos e tabelas, bem como algumas análises descritivas com medidas de tendência central sobre esse grupo de trabalhadores a partir de informações coletadas; e, 2. algumas questões e perguntas para possíveis futuras pesquisas de aprofundamento da população observada.

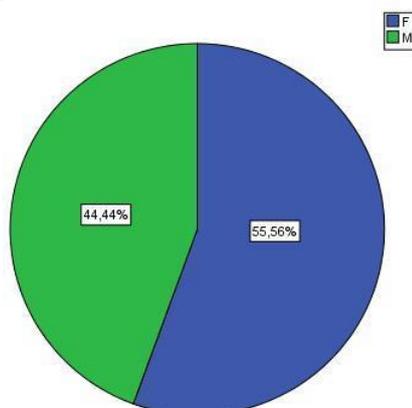
4.1. PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS PERMISSIONÁRIOS DOS *FOOD TRUCKS* DE VITÓRIA;

O perfil do grupo de proprietários de *food trucks* abordado será apresentado em três etapas, a saber: 1. informações gerais; 2. histórico de ocupação; e, 3. condições de ocupação.

4.1.1. Informações gerais

Quanto ao perfil social do grupo de entrevistados, percebeu-se que esse é majoritariamente formado por trabalhadoras, por autodeclarados brancos e por sujeitos com ensino superior incompleto. Vejamos esses percentuais nos gráficos 1, 2, 3 e 3.1 que se seguem:

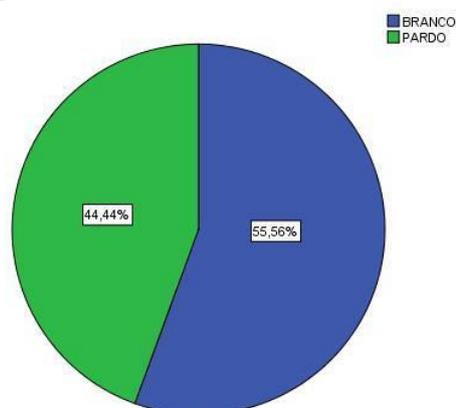
Gráfico 1 - Frequência percentual do gênero dos entrevistados – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

Dada o maior percentual de mulheres a partir do gráfico 1, acima, vale a consideração se isso se traduz em tendência no conjunto dos trabalhadores desse ramo do mundo do trabalho, em que pese, no Brasil, a forte associação na vida simbólica e concreta entre o gênero feminino e os afazeres domésticos voltados à alimentação familiar.

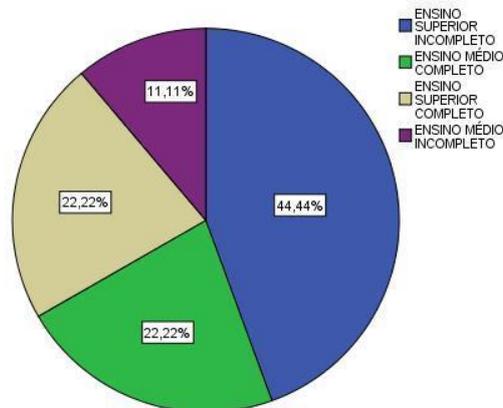
Gráfico 2 - Frequência percentual da cor dos entrevistados – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 2 nos permite visualizar a cor dos entrevistados, ou seja, em sua maior parte brancos, mas com boa representatividade de pardos. Vale lembrar que esse dado —e todos os outros— é autodeclarado e pode expressar de formas diferenciadas a autoimagem dos sujeitos entrevistados.

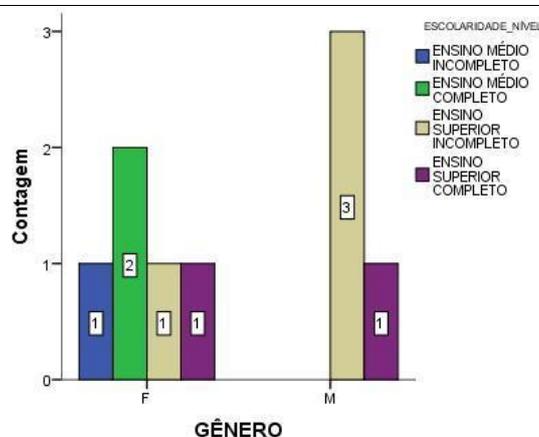
Gráfico 3 - Frequência percentual do nível de escolaridade dos entrevistados – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 3 expressa o nível de escolaridade dos entrevistados, os quais, em sua maioria, possuem ensino superior incompleto, mas com boa representatividade de sujeitos com outros níveis de escolarização, desde ensino médio incompleto ao superior completo. Aqui, surge uma questão que mereceria atenção e investigação: o ensino superior —ou o ensino escolar, em geral— está perdendo força no imaginário dos trabalhadores autônomos de Vitória? Se sim, onde esses trabalhadores buscam instrução adequada para o funcionamento do empreendimento de *food truck*? Seria esse tipo de empreendimento uma resposta a alguma perda de expectativa no mundo do trabalho de maior qualificação? Respostas para isso poderiam ser relevantes na medida em que possibilitariam entender se a montagem desse tipo de negócio enquadrar-se-ia como necessidade ou oportunidade. De todo modo, todos os entrevistados relataram ter participado de cursos de gestão/negócios/empreendedorismo o que pode denotar mudança de foco quanto aos tipos de formação almejados. Dada essa informação, vale a pena, aqui, apresentar dados do nível de escolaridade em função de estratificação por gênero dos entrevistados para essa pesquisa. Segue-se, no gráfico 3.1, abaixo, essas informações cruzadas

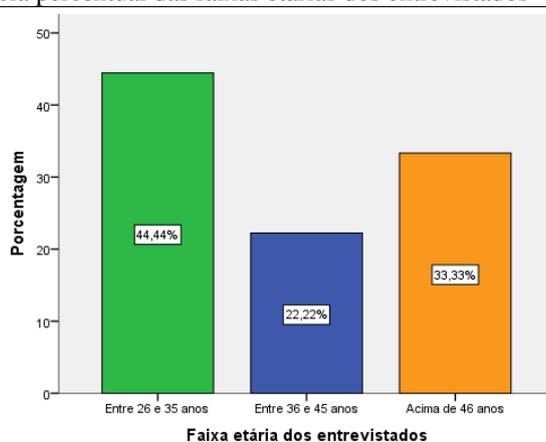
Gráfico 3.1 - Frequência absoluta do nível de escolaridade dos entrevistados, por gênero – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que as mulheres diluem-se de forma mais equânime nos níveis de escolaridade ainda que se concentrando na faixa de ensino médio. Já os homens concentram-se nas faixas de ensino superior, mais notadamente no superior incompleto. Esse cruzamento de dados, na possibilidade de serem reveladores de uma tendência para essa categoria de trabalhadores, pode reforçar análise anterior de que às mulheres aproxima-se o caráter de produção de alimentos como profissão em estreita relação com vida doméstica/familiar. Outra questão a se pensar seria a própria desigualdade de alcance de educação escolar entre gêneros.

Gráfico 4 – Frequência percentual das faixas etárias dos entrevistados – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

Quanto as faixas etárias dos entrevistados, obtivemos, como observado no Gráfico 4, acima, maior concentração na primeira e na terceira faixas, ou seja, entre 26 até 35 anos e acima de 46 anos. O intervalo total entre as idades ficou entre 27 e 52 anos com média de 38,56 anos. A idade que divide os casos pela metade foi 38 anos. Nota-se que, quando a idade dos entrevistados é analisada por gênero, as mulheres apresentam maior dispersão de suas respectivas idades em relação à média da idade do próprio grupo, enquanto essa mesma dispersão é relevantemente menor entre os homens. Vejamos essas informações na tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Comparação entre idades médias, por gênero – 2020-2021 – Vitória

Gênero	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
F	42,80	9,884	27	52
M	33,25	3,202	31	38
Total	38,56	8,833	27	52

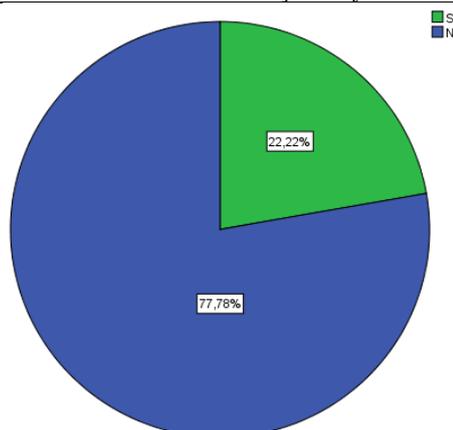
Fonte: elaboração própria

Talvez, isso mereça maior análise futura, pois pode indicar alguma questão sobre a forma pela qual as mulheres estão frente à estrutura de oportunidades do mercado de trabalho vis-à-vis as atividades domésticas e/ou familiares, pois, ao que parece, as mulheres estão entrando mais cedo no mundo do trabalho de rua e permanecendo mais tempo nesse.

4.1.2. Histórico de ocupação

Em relação ao histórico da ocupação, conseguimos levantar tanto a situação presente dos proprietários dos *food trucks* quanto a passada. Nesse sentido, buscamos captar um pouco do espaço que ocupa o trabalho na vida daqueles trabalhadores.

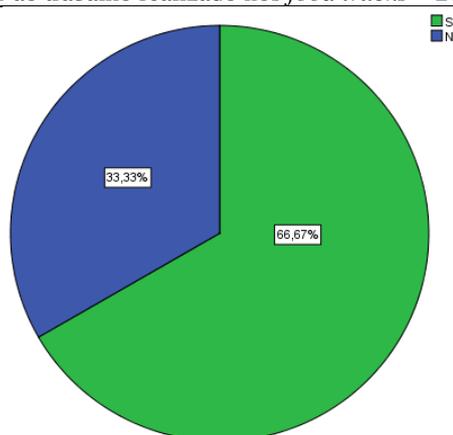
Gráfico 5 – Frequência percentual dos entrevistados em relação à ocupação em outra atividade laboral remunerada concomitantemente à atuação no *food truck* – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 5 mostra que uma pequena parcela de permissionários entrevistados atua em uma segunda ocupação. Vale notar que essas segundas ocupações não eram regidas pela carteira de trabalho e vinham ocorrendo até o momento da pesquisa concomitantemente ao trabalho nos *food trucks* entre 1 e 36 meses. Nesse sentido, perguntamo-nos: para 22% da população pesquisada a atuação nos *food trucks* é insuficiente para o sustento familiar?

Gráfico 6 – Frequência percentual dos entrevistados em relação à ocupação com carteira de trabalho anterior ao trabalho realizado nos *food trucks* – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

Quando a questão é a ocupação anterior e com carteira de trabalho, as informações se invertem em relação ao gráfico 5, ou seja, aqui, a partir do gráfico 6, a maior parte dos entrevistados declarou ter atuado no mercado de trabalho com carteira de trabalho assinada. A média de tempo de trabalho anterior com carteira de trabalho foi de 7,7 anos,

sendo 1,5 ano de trabalho o menor tempo registrado e 14 anos, o maior. Mais uma vez, vale trazer à tona informações estratificadas por gênero, na tabela que se segue:

Tabela 2 – Comparação entre tempo médio das ocupações com carteira de trabalho anteriores à ocupação nos *food trucks*, por gênero – 2020-2021 – Vitória

Gênero	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Mediana
F	6,750	7,4246	1,5	12,0	6,750
M	8,250	4,6458	4,0	14,0	7,500
Total	7,750	4,9573	1,5	14,0	7,500

Fonte: elaboração própria

Nota-se pela tabela 2 que quando o tempo de trabalho anterior com carteira de trabalho assinada é pensado por gênero, as mulheres possuem uma situação geral de menor inserção nessa posição na ocupação no mercado de trabalho em relação aos homens em todos os aspectos elencados. Seria, assim, a atuação das mulheres em relação aos homens no comércio alimentício de rua uma escolha por opção ou por necessidade? Somente uma investigação mais aprofundada poderia dar conta de responder essa questão.

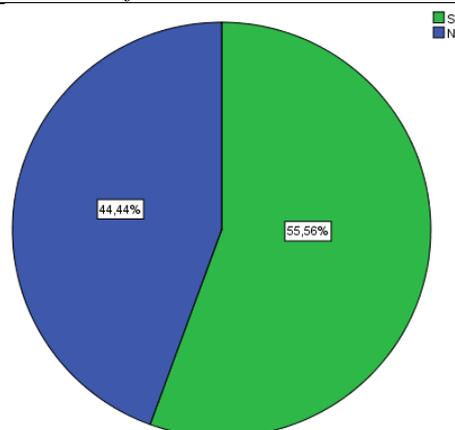
Tabela 3 – Tempo de existência dos *food trucks*, por gênero – 2020-2021 – Vitória

Gênero	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Mediana
F	5,240	8,8198	1,0	21,0	1,200
M	3,750	2,3629	2,0	7,0	3,000
Total	4,578	6,4502	1,0	21,0	2,000

Fonte: elaboração própria

Na tabela 3, quando considerado o tempo de existência do *food truck*, no geral, esse valor variou entre 1 e 21 anos, sendo o tempo médio entre homens de 3,7 anos e entre mulheres, de 5,2 anos. De todo modo, chama a atenção o grupo dos homens, pois esse parece ter um conjunto de informações mais concentradas em torno do tempo médio de existência dos negócios.

Gráfico 7 – Frequência percentual dos entrevistados em relação à propriedade de negócios anteriores ao *food truck* – 2020-2021 – Vitória



Fonte: Elaboração própria

Por fim, no gráfico 7, constam os percentuais de entrevistados que já possuíram outros negócios antes do *food truck*. Apesar de próximos, metade declarou já ter possuído outros

negócios. Aqui, vale notar que 75% dos homens declararam a posse de negócios anteriores ao estabelecimento do *food truck*. Entre as mulheres, esse percentual foi de 40%. Esses percentuais corroboram a mediana da tabela 3 a qual revela que as mulheres, em sua maior parte, estão nesse mercado a pouco tempo. Se essa é uma tendência, apenas uma pesquisa com amostragem maior poderia revelar.

4.1.3. Condições de ocupação

Busquemos agora dar visibilidade a algumas condições da ocupação dos sujeitos da pesquisa quanto ao tempo de trabalho e aos ocupados nos *food trucks*.

Tabela 4 – Tempo de trabalho em dias nos *food trucks*, por gênero – 2020-2021 – Vitória

Gênero	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
F	4,800	5,000	4,0	5,0
M	5,625	5,750	5,0	6,0
Total	5,167	5,000	4,0	6,0

Fonte: elaboração própria

Dados as informações da tabela 4, não parece haver diferença significativa entre a quantidade de dias de trabalho dedicada aos *food trucks* entre homens e mulheres, sendo a mediana entre ambos os grupos praticamente igual.

Tabela 5 – Tempo de trabalho em horas por dia nos *food trucks*, por gênero – 2020-2021 – Vitória

Gênero	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
F	14,800	16,000	10,0	18,0
M	11,375	10,000	9,5	16,0
Total	13,278	12,000	9,5	18,0

Fonte: elaboração própria

Quanto às horas trabalhadas por dia, percebe-se através da tabela 5 alguma discrepância com as mulheres declarando trabalhar mais horas em relação ao declarado pelos homens. De todo modo, nota-se que o trabalho médio, máximo e mínimo revelam uma quantidade de horas nada desprezíveis de trabalho diário quando levado em conta as formas pelas quais aquele serviço de produção e venda de produtos alimentícios é elaborado, ou seja, em um espaço médio efetivo de trabalho com cerca de 4 metros quadrados, de acordo com respostas dos entrevistados. Evidente que nesse total de horas incluem-se várias atividades dedicadas fora do próprio *food truck*, como aquelas voltadas às compras de produtos, manutenção e limpeza dos equipamentos de trabalho, produção de parte dos alimentos a serem comercializados etc. Enfim, a dimensão provavelmente doméstica dessa atividade —como relatado por um sujeito da pesquisa— poderia ser algo a ser explorado em outras pesquisas.

Por fim, destacamos a capacidade de geração de ocupações dos estabelecimentos *food trucks* pesquisados. Nesse quesito, em média, os *food trucks* ocupam 4 funcionários, sendo 1 e 6 o menor e o maior número de funcionários. Entre esses funcionários, em sua maior parte, encontram-se trabalhadores sem carteira de trabalho, o que denota uma produção postos de trabalho, provavelmente, intermitentes e precários.

4.2. CONSIDERAÇÕES PARA PESQUISAS DE APROFUNDAMENTO DA POPULAÇÃO OBSERVADA A PARTIR DAS QUESTÕES AQUI CONSTRUÍDAS

A partir do exposto nos gráficos e tabelas acima, considerando as limitações e potencialidades da pesquisa ora empreendida, elencamos as seguintes questões-chave a serem pensadas com maior profundidade sobre o grupo pesquisado: 1. a inserção diferenciada de homens e mulheres no mercado de trabalho como proprietários de *food trucks*; 2. a relação não direta entre educação formal e construção do empreendimento; 3. a ruptura nas trajetórias das ocupações com carteira de trabalho e a subsequente montagem de um negócio pensadas pelo prisma da dualidade “opção”/“necessidade” de “empreender”; 4. as condições gerais de trabalho e seus limites na produção de bem-estar dos trabalhadores; 5. a capacidade real dos *food trucks* na geração de postos de trabalho e a natureza desses postos de trabalho.

Quanto a possíveis outros aprofundamentos, valeria a pena, em um segundo momento, avançar em questionários semiestruturados que possam dar conta de entender os motivos pelos quais algumas “tensões” detectadas acima surgem nos dados estruturados. Além disso, seria interessante buscar os seguintes elementos: 1. por qual razão aqueles trabalhadores buscam ser proprietários de *food trucks*?; 2. o que os levam a ser formalizados diante da Lei 8809 de 2015?; 3. quais desafios enfrentam no cotidiano laboral?; 4. como se representam diante do trabalho que executam?; 5. qual avaliação fazem da política pública da qual participam?; 6. quais expectativas guardam para o próprio futuro enquanto trabalhadores? Essas questões, quando respondidas, contribuiriam com o planejamento e a execução das políticas públicas de trabalho e renda voltadas aos municípios de Vitória na medida em que possibilitariam compreender as aspirações, as escolhas e a vida que levam aqueles trabalhadores quando inseridos no mercado de trabalho como “empreendedores”, seja por necessidade, seja por oportunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso de uma política pública ou programa social com características de geração de trabalho e renda, em alguma medida, depende de como nosso entendimento sobre o público contemplado por essas políticas é construído. Esse olhar implica em quem são os sujeitos atendidos, quais são suas demandas, o que esperam da política e como estão inseridos na estrutura de oportunidades do mercado de trabalho. Pesquisas como esta podem fornecer informações mais precisas sobre essas e outras questões bem como, se bem elaboradas e compreendidas, possibilitar um sucesso maior na implementação de programas sociais de trabalho e renda. Assim, para além da construção de um perfil bem elaborado dos proprietários de *food trucks* de Vitória, seria relevante a produção de uma avaliação de impacto dos resultados obtidos a partir da Lei que vem regendo o funcionamento dos *food trucks* deste município.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?!**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CAMPOS, M. C. O projeto nacional desenvolvimentista, a dinâmica da agricultura e as configurações espaciais – 1964 a 1979. **Espaço aberto, PPGG**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 45-62, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, v. I, 2017.
- MINAYO, M. C. D. S. O desafio da pesquisa social. In: _____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-30.
- OLIVEIRA, E. A. de. Superpopulação relativa e “nova questão social”: um convite às categorias marxianas. **Katálisis**, v. 13, n. 2, p. 276-283, 2010.
- PMV. **Centro de apoio ao empreendedor**. Disponível em: <<http://vitoria.es.gov.br/empreendedor>>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- POCHMANN, M. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. D. S. E.; YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 23-40.
- PRANDI, J. R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, v. 14, 1978.
- SABADINI, M. de S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezolana de Analisis de Coyuntura**, Caracas, v. 8, n. 2, p. 265-290, 2002.
- SOARES, M. A. T. **Trabalho informal: da funcionalidade à subsunção ao capital**. Vitória da Conquista: Uesb, 2008.
- THEODORO, M. As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 762, p. 7-19, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. **Estatística Básica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- VITÓRIA, Lei Nº 8.809, de 27 de Maio de 2015. **Regras para comercialização de alimentos em veículos automotores – “Food Truck”**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=284275>> Acesso em: 27 fev. 2019.